

A História Política e a Periodização da História de Portugal: problemas, métodos e soluções

Dra. Judite A. Gonçalves de Freitas*

jfreitas@ufp.edu.pt; judisatier@gmail.com

FCHS / Universidade Fernando Pessoa

FCSH/ Universidade Nova de Lisboa

Texto recebido em/Text submitted on: 25/04/2017

Texto aprovado em/Text Approved on: 05/07/2017

Resumo

Tal como os historiadores portugueses do século passado (XX) estudaram as obras dos autores precedentes, atendendo às noções de periodização, também nós procurámos ver nessa memória do passado historiográfico os principais motivos para o estabelecimento de distintos modelos de periodização da Idade Média Portuguesa. Neste artigo, principiaremos por contextualizar a importância da periodização na História Europeia em geral, para depois nos voltarmos para a explicação das opções de periodização na historiografia portuguesa, salientando a relação entre as escolhas de autor, o sistema cronológico e o domínio historiográfico preferido. Assim, numa visão intencionalmente retrospectiva (partindo das mais recentes periodizações da história para as mais antigas), revelaremos o contexto da produção historiográfica portuguesa sobre periodização da História Medieval de Portugal.

Palavras-chave: Historiografia, Periodização, História Política, Idade Média, Portugal.

Abstract

In the last century (20th) most of the Portuguese historians have studied the works of the previous specialists, considering the established notions of periodization, we also sought to see in this memory of the historiographical past the main reasons for the establishment of different models of periodization into Portuguese Middle Ages. In this essay we present an overview of periodization methods and regarding periodization like a sort of systemized form to arrange the past. Beginning by contextualizing the importance of periodization in Western History, and then explain the most important choices of periodization in Portuguese historiography, highlighting the relationship between changing thematic foci, historiographic domain and author's choices. Thus, in an intentionally retrospective point of view - starting from the most recent periodizations (chronological systems) from History

* Professora Catedrática. Investigadora sénior do Centro de Estudos da População Economia e Sociedade / FCT e do Instituto Português de Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa / FCT.

to the oldest ones -, we will reveal the context of the Portuguese historiographic production on the periodization of Portugal's Medieval History.

Kew-words: Historiography, Periodization, Political History, Middle Ages, Portugal.

Introdução

Existe uma longa tradição de periodização na História da Civilização Ocidental. Os sistemas de divisão do passado humano em períodos relevam de diferentes visões da história (teológicas e filosóficas), do domínio do saber histórico em análise (político, cultural, social ou económico), e, *the last but not the least*, de distintos espaços de dimensão nacional e internacional (v.g. a divisão da história do Oriente e a divisão da história do Ocidente europeu)¹.

Na atualidade, a periodização é vista pelo historiador como uma ferramenta indispensável para sistematizar e organizar a complexidade do real acontecido. Dela depende a atribuição de significado a determinados acontecimentos, podendo, numa mesma comunidade de historiadores, coexistir periodizações diferentes para a mesma realidade conhecida. Por conseguinte, o sistema de periodização reflete o modo como o historiador articula os dados do passado conhecido, iluminando mais claramente o respetivo desenvolvimento dos fatores de mudança, e estes são determinantes na divisão da história em períodos. Ou seja, a determinação da mudança constitui o cerne da periodização em história.

Neste contexto, o quadro de análise deste trabalho incide sobre a evolução dos sistemas de periodização da História Medieval de Portugal, desde a segunda metade do século XIX até à atualidade, identificando os principais fatores que, consoante as perspetivas analíticas, determinam a consignação de distintas durações.

Principiaremos por nos reportar à importância do alargamento dos estudos de história política e de história dos poderes no contexto da complexa e ampla problemática da génese medieval do Estado moderno². Questionando o efeito do alargamento dos temas e problemas da «nova» história política da Idade

¹No ponto dois deste trabalho apresentamos uma sinopse das principais perspetivas de periodização da história em geral, chamando a atenção para algumas obras recentes que tratam *ex professo* essa problemática.

² Competindo neste caso destacar o programa de pesquisas liderado por Jean-Philippe Genet e Wim Blockmans, entre 1984 e 1993, sob o patrocínio do CNRS de França e da Fundação Europeia de Ciência, que promoveu a realização de sete colóquios internacionais e deu origem a inúmeras publicações. Um balanço pode ver-se em Genet (1997: 3-18).

Média no consignar do respetivo limite (superior). De seguida abordaremos, de forma necessariamente breve, a questão da periodização da Idade Média, salientando as perspetivas dominantes. Finalmente, trataremos da questão das periodizações da história medieval de Portugal, como exemplo dessa tendência geral para a extensão do limite superior da Idade Média. Começaremos por apontar os sistemas de divisão da história medieval de Portugal, patentes, mormente em sínteses e artigos científicos, mais recentes recuando até às teses de autor da segunda metade do século XIX; agrupando-os em conjuntos temáticos mais amplos, em função da proximidade das conceções defendidas.

1. Existe uma «Nova História do Político» para a Idade Média?

De todas as formas de escrita histórica, a história política é certamente a que não carece de justificação. Uma vez que lida com questões de poder e resistência, autoridade e legitimidade, ordem e obediência, esta subdisciplina interessa não apenas aos historiadores profissionais, mas a todos os que esperam viver os seus dias com um pouco de paz e prosperidade (PEDERSEN, 2006: 61).

O atual contexto de reinterpretação e desenvolvimento dos estudos de história política³ medieval na Europa Ocidental, articula um conjunto alargado de questões que se estendem da história da soberania à história regional e local, das residências régias aos rituais, símbolos e sinais da realeza (SABATIER e GOMES, 1998), das relações entre lei e poder (PADOA-SHIOPPA, 2000) à análise das animosidades, atitudes conspirativas e golpes violentos (FORONDA, GENET e NIETO SORIA, 2005), da iconografia à legitimidade e propaganda (ELLENIUS, 2001), da sociologia dos governantes ao estudo do respetivo perfil psicológico e práticas políticas (BOUTET e VERGER, 2000), das questões de pacto e consenso às lógicas contratuais (NIETO SORIA e VILLARROEL GONZÁLEZ, 2013), e ainda das questões de identidade, memória, nacionalismo e ideologia (GEARY, 2003), enfim um alargado leque de incidências temáticas impensáveis até meados dos anos 80 do século XX⁴.

³ Conscientes da inadaptação do conceito de «história política» para os temas e os problemas da nova história do político medieval, por comodidade de linguagem iremos manter o seu uso no texto. Sobre o assunto cfr. OFFENSTADT (2007: 179-198).

⁴ Algumas destas problemáticas foram induzidas pela aproximação entre História e Direito, que dispõe de uma tradição de longa duração, mormente no continente europeu, mas agora vista sob novos prismas; entre História e Sociologia Política, e, *the last but not the least*, entre História e

A «nova» história política medieval de Portugal é tributária, evidentemente, das mais hodiernas e internacionalizadas correntes (FREITAS, 2004 e 2010) que, pelo menos desde finais dos anos 80, vieram a manifestar uma cadência, sentido e direção definidas nos programas dos seminários de investigação pós-graduada, em primeiro lugar, e posteriormente no ensino.

Na verdade, o que pretendemos com este tópico é justamente salientar o enquadramento global das problemáticas historiográficas subjacentes ao conjunto vasto de questões da história política medieval de Portugal que, em última análise, assenta numa associação de conceitos considerados os mais representativos das atuais tendências da história «do político» e «dos poderes» pelos especialistas. Evidentemente que haverá que considerar as tendências culturais e as tradições historiográficas nacionais, tal como fizeram Jean-Claude Schmitt e Otto Gerhard Oexle, respetivamente para a França e para a Alemanha (SCHMITT e OEXLE, 2003), ou, entre nós, Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem (COELHO e HOMEM, 1999). Daqui resulta um novo programa de pesquisas, composto por novas problemáticas e modos de abordagem, a que são presentemente sensíveis historiadores portugueses provenientes das mais diversas áreas ou subespecializações da história medieval de Portugal em geral.

Com efeito, a história «do político» e a história dos poderes tornaram-se temáticas centrais e conceitos frequentemente utilizados pelos historiadores, concorrendo para a explicação das formas de organização das sociedades num determinado espaço (topografia dos poderes) e tempo (periodização), tomando em devida conta as suas manifestações culturais e mentais.

Por conseguinte, a história política e institucional, presentemente, é encarada como uma história social dos poderes, mais do âmbito da história-problema, das interpretações e das representações, consciente de que remete para a análise de fenómenos complexos e interligados, distanciando-se da conotação depreciativa que lhe foi atribuída até inícios dos anos 70 do século XX, quando era associada à história tradicionalista, positivista, da ordem da descrição, da linearidade, do factual e do concreto.

Nesta linha de pensamento, entendemos que este domínio específico de ensino, estudo e investigação deve criar as melhores condições de apropriação de noções funcionais para uma avaliação independente das situações políticas, não apenas, e principalmente, do passado, mas igualmente do presente, sobretudo quando se colocam questões de definição, fundamento e limites do poder, dos instrumentos legais e administrativos do respetivo exercício, como também de conflituosidades entre órgãos ou poderes; dito numa expressão: trata-se de um exercício fundamental para a compreensão da génese e edificação da arquitetura e organização do poder do Estado Moderno e dos sistemas políticos por ele engendrados.

Em Portugal, e nos restantes países da Europa Ocidental, passada a fase de interrogação da validade da especificidade deste campo de estudo nos cursos de História, e nos planos de estudo de História Medieval, especificamente; e reconhecida a importância «do político» e dos «poderes» na análise do processo histórico, a que não foram alheios movimentos históricos de singular importância, v.g. a perda de velocidade do marxismo e do estruturalismo; a derrocada do muro de Berlim, em 1989; a Revolução de Abril; o processo de instauração de um regime democrático em Portugal (1974-1976) e a consequente integração europeia (1986), isto só para citar acontecimentos com importante projeção no plano internacional e nacional, respetivamente. A história também é vítima de contextos políticos (ideologia) que, de algum modo, determinam as suas direções, como todos sabemos.

Por conseguinte, com este trabalho pretendemos, de algum modo, apontar para as mudanças de perspectiva da historiografia do político europeia, ou seja colocar-nos sob as atuais linhas de interpretação historiográfica internacionais neste domínio, aferindo do impacto que atualmente têm na ordenação do tempo histórico. Daí, naturalmente, a referência a materiais bibliográficos estrangeiros que, muito embora, não tendo por objeto a análise de aspetos da História Política nacional, em muito contribuíram para a forma de encarar, interpretar e explicar a evolução e o termo dos fenómenos associados à História Política Medieval de Portugal.

2. Periodização e problematização: a questão das periodizações

2.1. Perspetivas e concepções gerais

I confess I do not believe in [historical] time. I like to fold my magic carpet, after use, in such a way as to superimpose one part of the pattern upon another. Let visitors trip (Vladimir Nabokov, Speak, Memory).

Existe uma longa tradição de periodização na História da Civilização Ocidental. Desde sempre o homem procurou, de algum modo, controlar e conquistar o tempo, numa preocupação obstinada por criar unidades de medida. De Santo Agostinho a Karl Marx, as visões do mundo assentaram em distintas periodizações do tempo histórico. Em termos de síntese, podemos adiantar que as filosofias da história tendem para a identificação de épocas de declínio e/ou contração a que sucedem tempos de crescimento e expansão.

Na visão cristã tradicional, Deus intervém no curso da história. A divisão teológica de S. Paulo circunscreve a história humana a três idades: antes de Moisés (idade natureza), a idade da lei e a idade de Cristo. Posteriormente, Santo Agostinho avança como a tese das Seis idades do mundo, correspondentes aos seis dias da Criação. Na Idade Média, por influência destas concepções teológicas, a periodização do tempo histórico fazia-se de acordo com o modelo cristocêntrico (o que estava antes e depois do nascimento de Cristo), organizado linearmente.

Em paralelo, a divisão medieval do tempo, havia de consagrar a *translatio imperii*, um *topos* medieval que assenta igualmente numa conceção linear do tempo, e na descrição da sucessividade dos reinados e impérios (desde o nascimento à morte dos grandes protagonistas da história). Esta visão do tempo e da história induz a um discurso essencialmente descritivo e narrativo (composto pela sucessão dos acontecimentos). Por conseguinte, um dos métodos mais antigos de periodização foi o da articulação político-genealógica, observando os limites dos reinados, dos impérios e das dinastias⁵. Como exemplo desta prática temos as crónicas medievais que marcam a divisão da história por reinados, procurando descrever as causas da sucessão dos eventos, essencialmente políticos. Durante muito tempo a divisão do curso da história estabelecia marcos singulares relevantes, fossem eles de carácter religioso ou de carácter político.

⁵ Do mesmo modo, é também ao período medieval que se deve o conceito historiográfico de *translatio studii*, pelo qual a história é vista como uma sucessão linear de transferências geográficas de conhecimento (Grécia, Roma, Cristandade Ocidental...). Cfr. Gertz (2009: 185-204).

Na segunda metade do século XIX, de acordo com a corrente positivista, a função principal do historiador era a de recuperar os eventos e as suas interconexões nos documentos escritos, a partir dos quais procedia à narrativa histórica. Para esta tendência, a história era vista como uma narrativa de eventos sucessivos (tempo curto), de natureza essencialmente política. Nos anos 30 do século XX, a *École des Annales*⁶, propôs-se alterar a visão positivista da história como crônica de acontecimentos - *histoire événementielle* -, substituindo o tempo breve da história dos eventos oficiais (políticos) pelos processos de *longa duração*, aplicados por Fernand Braudel (1992).

Muito recentemente, Jacques Le Goff (1924-2014) no último trabalho que deu à estampa, intitulado: *Faut-il vraiment découper l'histoire en tranches ?* (2014), depois de apresentar e discutir a longa tradição de periodização da história da civilização Ocidental, defende a ideia de continuidade entre a Idade Média e o Renascimento, considerando artificioso o estabelecimento de um corte entre os dois períodos⁷, tanto mais que, do ponto de vista político, o Renascimento corresponde a uma herança das instituições e processos políticos que caracterizam a gênese do Estado Moderno dos séculos XIII-XV (GENET, 1990). Deste modo, para o autor, a continuidade da Idade Média para o Renascimento é mais clara na política.

Antes dele, e do ponto de vista da análise da ordem socioeconómica medieva, Alain Guerreau, na obra *Le féodalisme: un horizon théorique* (1980), havia chamado a atenção para a necessidade de considerar, em termos de História da Europa, um longo período, do século IV ao século XVIII. Guerreau, inserindo-se na tradição da corrente de análise da história de raiz marxista, desenvolve um esquema racional e geo-funcional que permite avançar com a tese da continuidade estrutural e de longa duração dos valores, meios e instrumentos medievais muito para além do limite superior tradicionalmente consagrado; notadamente do sistema de organização feudal que, segundo o autor, funciona no Ocidente europeu pelo menos até ao século XIX.

⁶ Esta corrente historiográfica foi fundada por Lucien Febvre e Marc Bloch, em 1929, como reação à Escola Positivista.

⁷ Tal como havia sido sugerido por Petrarca (1304-1374).

Com efeito, a tendência para alongar o limite superior da Idade Média não é nova e faz-nos equacionar os termos pelos quais essa propensão se veio a transformar em ordem paradigmática de análise da «nova» História Política Medieval Portuguesa.

Neste contexto, no ponto seguinte, iremos reportar-nos às principais propostas de periodização da História de Portugal apresentadas e defendidas por vários estudiosos ao longo de mais de um século, patenteando as respetivas linhas de força. A exposição dos sistemas de periodização que de seguida apresentaremos denuncia falta de unanimidade de perspetiva de abordagem, tal como, à partida, seria de esperar, se bem que defina as tendências historiográficas epocais dominantes e os respetivos hábitos de periodização da História de Portugal. Começaremos por apresentar as teses coevas e delas partiremos, de forma regressiva, para as mais antigas periodizações da História de Portugal, conforme já adiantámos.

2.2. A utilização da história política na periodização da história medieval

No dealbar do século XXI, num trabalho que dedica aos problemas da evolução da divisão da História de Portugal em períodos, Armando Luís de Carvalho Homem (2000), mais do que discutir o início da Idade Média em Portugal, propõe um ajustamento no limite superior deste período histórico, depois de apresentar uma síntese das principais teses sobre o assunto; considerando que, em termos de «história dos poderes», e tomando como referente a análise dos conteúdos das compilações legislativas (nomeadamente as *Ordenações Afonsinas vs Ordenações Manuelinas*), os estudos recentes sobre poderes concelhios e a prosopografia dos burocratas régios, adianta que, em termos institucionais, o final da Idade Média poderá ir até 1530, em pleno tempo da governação de D. João III (HOMEM, 2000: 11-19). Que problemas levanta esta aproximação?

Em primeiro lugar, o questionamento dos critérios até então utilizados para proceder à identificação, sobretudo do limite superior da Idade Média Portuguesa;

Em segundo lugar, o realçar do papel que os estudos sobre história política, nas mais diversas vertentes de abordagem, podem ter no ajustamento desse mesmo limite.

Assim, consideramos importante agrupar as periodizações estabelecidas pelos estudiosos e medievalistas, em conjuntos mais vastos, no sentido de as sistematizar e interrelacionar, colocando em confronto os diferentes pontos de vista que justificam os limites temporais consagrados.

Num primeiro grupo salientaremos as reflexões dos autores que defendem a primazia das alterações estruturais da sociedade portuguesa; num segundo grupo as teses dos que valorizam os fatores político-institucionais, vistos à luz na «nova» história política, reportando-se aos fenómenos políticos com repercussões conjunturais e motores de transformações estruturais; e, finalmente, num terceiro grupo, os autores que enfatizam os fatores políticos de mais curta irradiação e influência, na sua maioria autores da segunda metade do século XIX / primeira metade do século XX, marcados por uma visão, de algum modo, *positivista* da história de Portugal.

No primeiro grupo são de salientar, justamente, as teses de Vitorino Magalhães e Godinho (1968) e de Nuno Valério (1988). Vinte anos separam os modelos de periodização da História de Portugal destes dois autores.

Vitorino Magalhães Godinho (1918-2011), numa ótica da mais renovada abordagem da história e da historiografia nacionais, das décadas de 60 e 70, ciente de que as divisões da História de Portugal em períodos são o espelho de concepções historiográficas ou tendências ideológicas dominantes, defende no artigo “Periodização” (GODINHO, 1985: 59-62) que escreve para o *Dicionário de História de Portugal*, novos critérios, sustentados numa visão global do evoluir da sociedade Portuguesa. Debruçando-se sobre a problemática da demarcação da História em períodos, parte de uma perspetiva de abordagem muito distanciada da história tradicional, quando refere:

Seja como for, a divisão em períodos não pode traduzir-se em datas precisas: as viragens estruturais operam-se, embora a ritmos diversos consoante as épocas, assaz lentamente (...) Daí que seja preferível, para dividir a história de Portugal, não escolher datas mas sim balizar franjas de separação, mais ou menos largas temporalmente. (GODINHO, 1978: 15-16)

Os critérios de determinação da divisão da história nacional, na perspetiva *godiniana*, assentam na análise da evolução das estruturas da sociedade e dos

complexos-histórico-geográficos⁸, malhas superiormente mais largas que o formato tradicional por reinados, dinastias e datas marcantes; rematando que “*É de esperar, aliás, que os tempos das estruturas, das conjunturas e dos acontecimentos, não coincidam, e portanto de admitir mais de uma periodização consoante o ponto de vista em que nos colocamos*” (GODINHO, 1978: 16).

Assim, e no que se refere à divisão da História Medieval de Portugal, Magalhães Godinho considera um primeiro corte no último quartel do século XIII, ou em começos do século XIV; 1385 não se afigura tão relevante quanto os historiadores tradicionalmente consideram, visto que a alteração de estrutura, em termos económicos, manifesta-se pela inversão do *trend*, por meados do século XV, em sintonia com os “*começos de repercussão da expansão ultramarina na estrutura metropolitana*” (GODINHO, 1978: 15). Depois salienta a grande viragem por meados do século XVI, entre 1545 e 1550, e posteriormente a “*crise do imperialismo peninsular*” entre 1620 e 1630. Ciente de que estes tópicos representam um compromisso com uma perspetiva de abordagem estrutural da História de Portugal, demarca-se, claramente, da divisão por datas precisas (durações curtas).

Mais recentemente, em 2004, V. M. Godinho deu à estampa um ensaio problematizante sobre a formação da nacionalidade - *Portugal. A emergência de uma Nação (das raízes a 1480)* –, onde considera os vetores fundamentais do nascimento e consolidação nacionais, inscrevendo-os em seis unidades temática e cronologicamente distintas, considerando o binómio sociedade-Estado. As divisões propostas são de teor conjuntural e por isso a análise dos diferentes fatores faz

⁸ Conceito desenvolvido e aplicado por Vitorino Magalhães Godinho nos pioneiros estudos que fez sobre História da Expansão Portuguesa, na perspetiva do conceito *braudeliano* de “estrutura” ou longa duração. Com efeito, a rutura epistemológica protagonizada pelos *Annales*, no imediato pós-guerra, induziu à alteração do quadro concetual de análise do *tempo* em História Primeiramente há que salientar os contributos de Marc Bloch e Lucien Febvre, mormente no contexto da *École des Annales*, e posteriormente de Fernand Braudel, numa «segunda era» na historiografia desta Escola. Os historiadores dos *Annales* pugnavam por uma explicação das mudanças históricas assente na alteração das estruturas económicas e sociais. Daí até à exclusão das balizas políticas foi um passo bastante curto. A noção de «estrutura» como medida de tempo acarretou uma alteração da noção de espaço, esta deixa de remeter para a ideia de limite temporal curto (acontecimento) e de fronteira entre nações ou Estados, e passa a uma dimensão transcontinental, marcada pelos conjuntos geográficos (economias-mundo) de Braudel, ou pelos complexos-histórico-geográficos de V. M. Godinho. Sobre o assunto cfr., nomeadamente, BOURDÉ e MARTIN (2003: 128-132).

justapor algumas das matizes estruturais a que V. M. Godinho tem por hábito recorrer, interrelacionando a diversidade dos vetores (políticos, sociais, económicos, culturais e mentais).

Do ponto de vista político, a unidade reinícola, conhece uma primeira etapa de 1139 -1140 a finais do século XIII, a segunda desta última data a 1383/1385, a terceira de 1383/1385 às bases de Portugal além-mar – *“outra das colunas da nação”* (GODINHO, 2004: 65); pois, segundo refere, Portugal encontrava-se numa acelerada mudança desde a Revolução de 1383 e a nova dinastia de Avis (GODINHO, 2004: 69); a quarta será assinalada pela questão da regência e as perturbações, conflituosidades e alianças na sociedade peninsular; a quinta está marcada pelo reinício das hostilidades peninsulares com epicentro em Toro; e, finalmente, a sexta pela assinatura das pazes em Alcáçovas e a consolidação do papel de Portugal como nação, no contexto peninsular. Esta visão demonstra uma mais recente inclinação do autor pela abordagem dos fenómenos políticos na periodização da História de Portugal, e, dentro deles, pela problemática da formação e consolidação da identidade nacional, enquadrando-se perfeitamente nas correntes da historiografia nacional e internacional hodiernas.

Simetricamente, e numa relação próxima com esta perspetiva, devemos situar a reflexão de Nuno Valério *“Sobre a divisão da História de Portugal”* em períodos (VALÉRIO, 1988: 193-206), apresentada vinte anos depois da tese de Vitorino Magalhães Godinho, e muito especialmente suscitada por aquela.

Nuno Valério, revisitando a tese de Vitorino Magalhães Godinho, aponta um critério para a divisão da História de Portugal em períodos - a *“identificação da evolução do enquadramento externo da sociedade portuguesa”* (VALÉRIO, 1988: 193) -, assim considera que *“Portugal foi sempre, desde a sua formação, uma sociedade parcial inserida em sociedades globais mais vastas”* (VALÉRIO, 1988: 193), distinguindo, um primeiro momento a *“época anterior à existência de Portugal como sociedade parcial distinta”*, (que, no caso pendente, não nos interessa), e para o que nos ocupa a *“Época da formação de Portugal como sociedade parcial distinta (séculos VIII a XIII)”*, a *“Época em que a sociedade global que enquadrava Portugal era a Cristandade Ocidental (séculos XIII a XV)”*, e um último e longo período que parte com este último e que corresponde à *“Época em*

que a sociedade global que enquadrava Portugal era a economia-mundo euro-atlântica (séculos XV a XIX)” (VALÉRIO, 1988: 197).

Assim, a realidade medieva portuguesa para o autor, encontra-se particularmente relacionada com a questão da conquista de território ao Islame e a afirmação da autonomia no contexto das relações luso-castelhanas. O terceiro período, segundo o Autor, encontra-se, particularmente, marcado por “conflitos internos e internacionais frequentes” que conduziram à crise da qual Portugal se afastou pela inserção na economia-mundo euro-atlântica, tendo sido um dos seus principais agentes. Esta mudança estrutural é muito importante para o autor, a última no que ao período medieval se refere, e que, no que a este vetor diz respeito, se aproxima da perspectiva inicial de V. M. Godinho. Deste modo, a tese de Nuno Valério valoriza, na periodização da História de Portugal, a relação entre fatores exógenos e endógenos à situação política nacional. O papel das relações luso-castelhanas é visto como um fator a reter nas mudanças conjunturais de Quinhentos e Seiscentos sem, no entanto, as considerar de significativo peso estrutural. Ora tal só ocorrerá nos inícios do século XIX com “*a planetização da economia-mundo moderna*” (VALÉRIO, 1988: 200).

No segundo grupo consideramos os historiadores que valorizam os fatores políticos na determinação das divisões temporais de banda larga, estrutural e de raiz *braudeliana*, conforme referimos.

Destaca-se a posição de José Mattoso e Armindo de Sousa, que concebem uma explicação assente em fatores de natureza essencialmente política para justificar o final do segundo volume da História de Portugal, reportado ao Estado feudal (desde a emergência da unidade política, 1096, a inícios do reinado de D. João II. 1480), aflorando as questões relativas à consolidação da monarquia e da unidade nacional (MATTOSO e SOUSA, 1993). Daí que o volume terceiro desta síntese fique marcado pela génese do Estado moderno, principiando com o “Enquadramento do Espaço Nacional” e “As estruturas políticas de unificação” (MAGALHÃES, 1993: 13-60 e 61-113, respetivamente), num processo que parte da aclamação de D. João II, um marco para os autores no processo de centralização do poder régio. Para a justificação do termo do volume, os autores avançam igualmente com fatores de natureza política, que determinam os destinos nacionais, nomeadamente a morte de Filipe II (1622), a que junta fatores de

natureza económica, mormente a transferência da supremacia económica do Mediterrâneo para o Atlântico “Num mercado à dimensão do Mundo” (MAGALHÃES, 1993:349).

Deste modo, a primeira linha de separação marcante da História de Portugal, dirigida por José Mattoso, veio da distinção entre Estado feudal e Estado moderno.

Mantendo uma proximidade com a valorização dos fatores político-institucionais.

Um último grupo reúne um núcleo de historiadores bastante eclético, onde se destaca, antes de mais, o grupo dos historiadores envolvidos na *História de Portugal* de Barcelos (1928-1932). Esta síntese marcou toda uma geração de historiadores e aprendizes do ofício de *Clio*, até sensivelmente os começos dos anos 80. Por se tratar de uma síntese clássica da nossa historiografia, fortemente marcada pela feição *judicialista* da história nacional, os aportes temporais comportam um marcado cariz político-jurídico e institucionalista (FREITAS, 2010: 527-558). O primeiro período da nossa História consignado data de 1128 a 1411. Ou seja desde a Batalha de S. Mamede (personificando a independência do reino de Portugal) às pazes com Castela. O segundo período corre de 1411 a 1557 (data da morte de D. João III), isto para o tempo que nos ocupa. Concetual e temporalmente próxima desta divisão está a *História de Portugal* de Fortunato de Almeida (1922-1923), que faz corresponder o desfecho do I tomo à data de 1383 e ao fim da 1ª dinastia, e o II tomo inclui a dinastia de Avis (1385-1580).

Estes trabalhos de síntese estão marcados por uma urdidura da história nacional onde impera o acontecimento, sendo escolhidas datas marcantes, dentro quais se procede a uma arrumação das matérias em dinastias ou reinados. De igual forma, nos cabe referir a *História de Portugal* de Pinheiro Chagas (1842-1895) que, segundo Vitorino Magalhães Godinho muito “*embora não destaque a divisão em reinados, pode dizer-se que periodiza consoante a «série cronológica dos reis» de cada dinastia.*” (GODINHO, 1978: 3-4). Simetricamente, José Mattoso salienta que a História de Portugal de P. Chagas se insere na linha da tradição cronística régia, marcando uma época como obra de divulgação (MATTOSO, 1993).

Optámos, também, por inserir neste grupo, as teses de dois dos maiores nomes da historiografia portuguesa da segunda metade do século XIX: Alexandre

Herculano (1810-1877) e Joaquim Pedro de Oliveira Martins (1845-1894). Estes autores estabeleceram sistemas divisórios da história portuguesa seguindo critérios distintos entre si e diferenciando-se, das teses posteriores. Ambos desenvolvem um modelo interpretativo da história nacional, com certo pendor ensaístico, ainda assim bem distinto do atual.

Oliveira Martins (1845-1894), considera essencial reter na divisão da nossa história o todo peninsular: a Hispânia. Assim, e para ele, podem considerar-se fundamentalmente três períodos: o primeiro correspondente ao movimento da formação das nacionalidades peninsulares (dinastia afonsina); o segundo, de 1385 a 1580, correspondente à expansão lusa e, finalmente, o terceiro de 1580 ao século XIX, que, segundo o autor, corresponde a uma longa fase de decadência.

Já Alexandre Herculano sobrepõe o critério social ao político, porque entende “*distribuir as épocas cronológicas pelas transformações essenciais da sociedade*” (GODINHO, 1978: 6-7). O primeiro dos cortes considerados pelo autor situa-se em finais do século XV, porque corresponde, segundo ele, à maturidade da nação portuguesa⁹. Dentro deste ciclo o último quartel do século XIII representa um momento importante na nossa história; o segundo ciclo é o da decadência da nação enquanto corpo social e um terceiro ciclo abre-se com o século XIX, correspondendo a um período de retoma, influenciado pelos ideais liberais e revolucionários. A divisão de Herculano foi influenciada por factores de “*apreciação moral e política*” (GODINHO, 1978: 6). A. Herculano à semelhança de Oliveira Martins, considera que os primórdios da nossa história pertencem à história geral da Península, e à luz deste contexto espaço-temporal devem ser percebidos.

É curioso que Vitorino Magalhães Godinho, um dos primeiros historiadores a efetuar o levantamento e análise das teses dos historiadores precedentes, refira que, o critério de Alexandre Herculano poderia designar-se “*hoje estruturalista*” ou seja, procedeu a uma “*periodização de base estrutural*”, se bem que em modelo distinto do atual conceito de «estrutura». Opinião diferente parece manifestar José Mattoso quando diz,

⁹ Para o efeito atendemos às apreciações do Autor nas *Cartas sobre a História de Portugal* (1842) e não apenas a *História de Portugal* (4 volumes, 1846-1853), suspensa no reinado de D. Afonso III.

As História de Portugal para o grande público não têm entre nós uma tradição muito feliz. Basta examiná-las rapidamente para o verificar. Temos de começar pelas de Oliveira Martins e Pinheiro Chagas. Os seus precedentes não contam ou não abrangem senão uma pequena parte da história nacional. Com efeito, (...) a de Herculano interrompeu-se no fim do [reinado] de Afonso III e todas as outras tentativas anteriores careceram de dimensão suficiente ou de sentido histórico (...) para se poderem tomar em consideração.” (MATTOSO, 1993: 9).

Em suma, a periodização da História de Portugal, tal como todas as periodizações, é um assunto complexo, que implica um conhecimento da produção historiográfica nacional. O confronto das tendências historiográficas *versus* efeitos da periodização, depois de devidamente contextualizadas, pode facultar-nos uma dimensão global do problema da periodização da história portuguesa. Por isso optámos pela análise sistémica dos critérios de periodização da história portuguesa, procedendo a um exame retrospectivo, das teses mais recentes para as mais recuadas no tempo, realçando as suas especificidades e procurando inseri-las no respetivo contexto histórico de produção (atendendo à época de formação do respetivo autor).

Balanço

A história da historiografia portuguesa dá-nos conta, conforme vimos, do peso relativo da história política na divisão em períodos da História da Portugal em geral, e da Idade Média em particular. De uma perspetiva político-genealógica, de acordo com uma divisão marcada por acontecimentos políticos (tais como reinados, dinastias, e outros marcos político institucionais definidos que tinham um sentido pedagógico e ético-político vincado), evoluímos para uma perspetiva de periodização que assenta na problematização e discussão dos elementos constitutivos da transição de formas de organização da sociedade feudal para estruturas estatais onde o poder monárquico se assume como principal autoridade reinícola (soberania).

Se tomarmos em consideração as mais recentes sínteses da *História de Portugal* constatamos efetivamente que elas espelham uma mudança substantiva na noção de período histórico induzida pelos «novos» modos de abordagem de alguns dos temas tradicionais, mas também pelas recentes tendências de

problematização, designadamente no domínio da história do Estado e da história dos poderes medievais.

Por outro lado, os contornos cronológicos das sínteses de História de Portugal mais recentes, no que ao período medieval diz respeito, regra geral tendem a prolongar o limite superior da Idade Média, sendo que para tal concorreu de modo particular o avançar dos estudos e investigações, entretanto efetuados, sobre a génese e a consolidação do poder monárquico, as relações entre poder central e poder local, o parlamento medieval, a relação entre poder monárquico e poderes senhoriais, formação do Estado monárquico e fiscalidade *et al.* O objetivo essencial destes estudos é o de compreender estruturalmente a génese do Estado Moderno em Portugal, invocando os traços, por vezes de contornos fluidos e em movimento continuado, da formação da nação e da identidade portuguesas. Uma ideia de conjunto ressalta à partida, os poderes desconjuntam-se e reconciliam-se consoante as conjunturas políticas e as vivências culturais da sociedade.

Bibliografia

- BOURDÉ, Guy e HERVÉ, Martin. *As Escolas Históricas*. 2ª ed., Mem Martins: Europa-América, 2003.
- BOULET, Dominique; VERGER, Jacques. *Penser le pouvoir au Moyen Age (VIIIe- XVe siècle)*. *Études d'histoire et de littérature offertes à François Autrand*. Paris : Ecole normale supérieure, 2000.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII*, 3 vols.. Lisboa: Teorema, 1992.
- COELHO, Maria Helena da Cruz; HOMEM, Armando Luís de Carvalho. *A Génese do Estado Moderno no Portugal Tardo-Medieval (séculos XIII-XV)*. *Ciclo de Conferências*. Lisboa: Universidade Autónoma, 1999.
- DAVIES, Martim. *Historics. Why History Dominates Contemporary Society*. London: Routledge, 2006.
- EAGLETON, Terry. *The Illusions of postmodernism*. Oxford: Blackwell, 2006.
- ELLENIUS, Allan. *Iconographie, propagande et légitimation. Les origines de l'État Moderne en Europe, XIII-XVIII siècles*. Col. Les origines de l'État moderne en Europe. Wim BLOCKMANS; Jean-Philippe GENET (dir.). Paris: PUF, 2001.
- FORONDA, François, GENET, Jean-Philippe; NIETO SORIA José Manuel. *Coups d'État à la fin du Moyen Age? Aux fondements du pouvoir politique en Europe occidentale*. Madrid: Casa de Velázquez, 2005.
- FREITAS, Judite A. Gonçalves de. Les chemins de l'histoire du pouvoir dans le médiévisme portugais (ca 1970-ca 2000). *Bulletin du centre d'études médiévales d'Auxerre, 2004 | BUCEMA* [En ligne], 8 | mis en ligne le 20 décembre 2006. URL : <http://cem.revues.org/927> ; DOI : 10.4000/cem.927.
- FREITAS, Judite A. Gonçalves de. Syntheses, guides and states of the art. *The Historiography of the Medieval Portugal (ca. 1950-2010)*. ed. José MATTOSO et al., Lisboa: IEM, pp. 527 – 558, 2011.
- FREITAS, Judite A. Gonçalves de. Le Médiévisme au Portugal (1975-2005): genèses, héritages et innovations. In : Eliana Magnani (dir.), *Le Moyen Âge vu d'ailleurs: voix croisées d'Amérique latine et d'Europe*. Dijon: Ed. Universitaire de Dijon, pp. 151-174, 2010.

- GEARY, Patrick J.. *The Myth of Nations. The Medieval Origins of Europe*. New Jersey: Princeton University Press, 2003. IDEM. *Quand les Nations refont l'Histoire. L'Invention des origines médiévales de l'Europe*. Paris: Flammarion, 2004.
- GENET, Jean-Philippe. La genèse de l'État moderne [Les enjeux d'un programme de recherche] Les enjeux d'un programme de recherche. *Actes de la recherche en sciences sociales*, vol. 118, N° 1, pp. 3-18, 1997.
- GENET, Jean-Philippe ed.. *L'État moderne: genèse. Bilans et perspectives*. Paris: CNRS, 1990.
- GENET, Jean-Philippe. Féodalisme et naissance de l'Etat moderne : à propos des thèses de Charles Tilly. In: *Villes, bonnes villes, cités et capitales. Etudes d'histoire urbaine (XIIe-XVIIIe siècle) offertes à Bernard Chevalier*. Monique BOURIN (ed.), Tours, pp. 239-246, 1989.
- GERTZ, Sunhee Kim. *Translatio studii et imperii: Sir Gawain as literary critic. Semiotica*. Vol. 63, 1-2, pp. 185-204, 2009.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. A Divisão da História de Portugal em períodos. In *Ensaaios II. Sobre História de Portugal*, 2ª ed., Lisboa: Sá da Costa, 1978.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. Periodização. In: *Dicionário de História de Portugal*. dir. Joel SERRÃO, vol. V, Porto: Figueirinhas, pp. 59-62, 1985.
- GUERREAU, Alain. *Le féodalisme, un horizon théorique*. Paris: Sycomorc, 1980.
- GUERREAU, Alain. *Quelle Histoire du Moyen Age au XXIe siècle?*. Paris : Seuil, 2001.
- HOMEM, Armando Luís de Carvalho. Quando acaba a Idade Média? A periodização da História Institucional portuguesa dos séculos XV e XVI. In: *Actas de História Moderna. Turres Veteras II*. CMTV, Sector de Cultura, pp. 11-19, 2000.
- JENKINS, Keith. *Why History? Ethics and postmodernity*. London: Routledge, 1989.
- LE GOFF, Jacques. *A Civilização do Ocidente Medieval*. I vol., cap. VI, Lisboa: Editorial Estampa, pp. 169-242, 1983.
- LE GOFF, Jacques. História e Passado / presente. In: *Enciclopédia EINAUDI*, vol. 1. *Memória – História*. Lisboa: INCM, pp. 158-259 e 293-310, 1984.
- LE GOFF, Jacques. *Faut-il vraiment découper l'histoire en tranches?*. Paris : Seuil, coll. La Librairie du XXIe siècle, 2014.
- LE GOFF, Jacques; LOBRICHON, Guy, dir.. *Le Moyen Age aujourd'hui. Trois regards contemporains sur le Moyen Age: histoire, théologie, cinéma*. Paris: Le Léopard d'Or, 1997.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. Os Régios Protagonistas do Poder. In: *História de Portugal*, vol. III, *No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)*. José MATTOSO (dir.), vol. III. Mem Martins: Círculo de Leitores, 1993, pp. 513- 574, 1993.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. As estruturas políticas de unificação. In: *História de Portugal*, vol. III, *No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)*. José MATTOSO (dir.), vol. III, Mem Martins: Círculo de Leitores, 1993, pp. 61-114.

MATTOSO, José. Apresentação. In: *História de Portugal*, José MATTOSO (dir.), vol. I. Mem Martins: Círculo de Leitores, 1993, p. 9-14.

NIETO SORIA, José Manuel e VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar, coords.. Pacto y consenso en la cultura política peninsular. Siglos XI al XV. Madrid: Silex, 2013.

OFFENSTADT, Nicolas. L'histoire politique de la fin du Moyen Âge. Quelques discussions. *Actes des congrès de la Société des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur public*. Année 2007 Volume 38, Numéro 1, pp. 179-198, 2007.

PADOA-SHIOPPA, António, dir.. *Justice et Législation. Les origines de l'État Moderne en Europe, XIII-XVIII siècles*. Wim BLOCKMANS e Jean-Philippe GENET (dir.), Paris: PUF, 2000.

PEDERSEN, Susan. Que é a história política hoje?. In: *Que é a história Hoje?*. David CANNADINE (coord.), Lisboa: Gradiva, pp. 61-84., 2006.

RIGAUDIÈRE, Albert. *Penser et construire l'État dans la France du Moyen Âge (XIIIe-XVe siècles)*. Paris: Comité pour l'histoire économique et financière, 2003.

SABATIER, Gérard; GOMES, Rita Costa, coord.. *Lugares de Poder. Europa séculos XV a XX. Lieux de Pouvoir. Europe XVe-XXe siècles. Places of Power. Europe 15th to 20th centuries*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998.

SCHMITT, Jean-Claude; OEXLE, Otto Gerhard. *Les tendances actuelles de l'histoire du Moyen Âge en France et en Allemagne*. Paris : Publications de La Sorbonne, 2003.

MATTOSO, José e SOUSA, Armindo de. *História de Portuga*. José MATTOSO (dir.), II vol., *A Monarquia Feudal (1069-1480)*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 1993.

VALÉRIO, Nuno. *Estudos e ensaios em Homenagem a Vitorino Magalhães Godinho*. Lisboa: Sá da Costa, pp. 193-206, 1988.